

CADERNO DE ENCARGOS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLO DE PRAGAS EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1º

Objeto

1. De acordo com as cláusulas técnicas descritas na Parte II deste Caderno de Encargos, o objeto do contrato consiste em desenvolver e implementar um programa de manutenção preventiva, tendo como objetivo prevenir, combater e controlar o desenvolvimento de pragas nos edifícios municipais.
2. Encontra-se ainda prevista uma manutenção corretiva extra, que será realizada conforme as necessidades que possam surgir no concelho de Torres Novas.

Artigo 2º

Local de prestação do serviço

1. O objeto do contrato será prestado com base no plano de intervenções para a prestação de serviços identificado no artigo 22º da Parte II – Cláusulas Técnicas.
2. No decorrer da execução do contrato, poderão ser integrados outros locais a esta prestação de serviços.
3. A manutenção corretiva, sujeita a orçamento, prevê intervenções extra e pontuais, que servirão para controlar e eliminar as populações de pragas, que infestarem as áreas identificadas pelos serviços do município e que poderão não estar incluídas no plano de manutenção.

Artigo 3º

Prazo da prestação de serviços

1. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei pelo período de um ano.
2. O contrato poderá ser renovado por iguais períodos até ao limite máximo de 3 anos.

3. Se o adjudicatário não prestar o serviço objeto do contrato dentro do prazo proposto sem que exista motivo plausível e aceite pela entidade adjudicante, fica sujeito à aplicação das respetivas penalizações previstas na lei e no presente Caderno de Encargos

Artigo 4º

Preço Contratual e preço base do procedimento

- 1- Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos, o Município de Torres Novas obriga-se a pagar ao adjudicatário pela prestação de serviços referida, o valor da proposta adjudicada que não poderá exceder o valor anual de **8.500,00 €**, sendo o preço contratual máximo de **25.500,00 €** correspondente aos três anos. Este valor base é unificado pelas manutenções preventivas 7.500,00 €/ano > 22.500,00 €/três anos e pelas manutenções corretivas 1.000,00 €/ano > 3.000,00 €/três anos. Aos valores finais acresce o IVA legal em vigor.
 - a) O adjudicatário deverá proceder à emissão da fatura trimestral no prazo legal de 5 dias úteis a contar da prestação do serviço, sob pena de se proceder à devolução da mesma e não haver lugar a pagamento.
 - b) O preço referido no número nº 1 da presente cláusula deve incluir todos os custos, encargos e despesas relativos à prestação, nomeadamente no que se refere a recursos humanos, alimentação, estadias, produtos, maquinaria e transportes;
 - c) Quando os preços constantes da proposta forem também apresentados por extenso e em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
- 2 - Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 5º

Condições de pagamento e faturação

1. As condições de pagamento do encargo total do serviço são fixadas de acordo com as regras estabelecidas no presente Caderno de Encargos.
2. O adjudicatário enviará trimestralmente à entidade adjudicante, com a antecedência de 30 dias úteis em relação à data do respetivo vencimento, as faturas do montante a pagar.

3. Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considera-se que a respetiva prestação só se vence nos 15 dias úteis subsequentes à apresentação da correspondente fatura.
4. A quantia devida pelo município de Torres Novas, nos termos do Artigo 4º, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pelo município da respetiva fatura.
5. Em caso de discordância por parte do município de Torres Novas, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. O prestador dos serviços deverá remeter a fatura, em formato – PDF certificado ou ficheiro eletrónico certificado para integração direta com a plataforma em uso pelo Município.
7. Se o prestador dos serviços se encontrar em condições de cumprir com o legalmente estipulado quanto à faturação eletrónica em procedimentos aquisitivos de contratação pública, nos termos e ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro – artigo 12.º - faturação por via eletrónica, que regula as obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, bem como os prazos previstos para a implementação explanados no [Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho](#), a fatura deverá ser compatível com o sistema de faturação eletrónica implementado pelo Município.
8. Para efeitos de cumprimento do referido no ponto anterior, será o prestador dos serviços devidamente informado, mediante pedido de esclarecimento, do procedimento a seguir para proceder à faturação dos serviços prestados.

Artigo 6º

Sigilo

O adjudicatário garantirá o sigilo de todo o tipo de informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento, relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.

Artigo 7º

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - b. A entidade adjudicante deve apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no art.º 57º do CCP e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

Artigo 8º

Notificações, Informações e Comunicações

1. Todas as notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes, deverão ser efetuadas por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.

Artigo 9º

Direito de Auditoria

1. A entidade adjudicante reserva-se o direito de auditar os serviços prestados objeto do contrato, podendo rejeitar, no todo ou em parte, aquilo que não esteja de acordo com as indicações contratuais ou com a boa prática corrente.
2. O exercício do direito de auditoria por parte da entidade adjudicante não exclui, de forma alguma, a responsabilidade do adjudicatário no caso de verificação posterior de deficiência na execução do contrato.

Artigo 10º

Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador dos serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento relativo à periodicidade, horários, tarefas a executar ou ainda faltas de pessoal e sem prejuízo do direito à rescisão do contrato, a

entidade adjudicante poderá aplicar uma pena pecuniária até 1% do preço contratual.

2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador dos serviços e as consequências do incumprimento.
3. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato com a pena pecuniária devida nos termos da presente cláusula.
4. A pena pecuniária prevista na presente cláusula, não obsta a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 11º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 12º

Modificações Objetivas do Contrato

O contrato pode ser modificado, por acordo entre as partes ou por decisão judicial ou arbitral, quando o fundamento invocado seja o interesse público, de acordo com o disposto nos artigos 311º a 315º do CCP.

Artigo 13º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes das autorizações, aprovações, registos ou utilizações, no fornecimento de patentes registadas ou licenças que lhe sejam requeridas, para os pontuais cumprimentos das obrigações assumidas no contrato a celebrar.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário deverá

proceder à indemnização de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Artigo 14º

Resolução do contrato

1. Resolução do contrato pelo adjudicatário:
 - a. O adjudicatário poderá exercer o direito a rescisão do contrato nos casos previstos na lei ou no Caderno de Encargos;
 - b. A decisão da rescisão terá de ser fundamentada e não poderá afetar os fornecimentos num prazo de 30 dias úteis a contar da data da notificação à entidade pública contratante;
 - c. O adjudicatário poderá desistir da rescisão do contrato atendidas as justificações apresentadas pela entidade pública contratante ou cumpridas as respetivas obrigações.
2. Resolução do contrato pela entidade adjudicante:
 - a. A entidade adjudicante poderá rescindir total ou parcialmente o contrato sempre que, por razões imputáveis ao adjudicatário, o normal fornecimento se encontre gravemente prejudicado;
 - b. Para efeitos do número anterior, constituem condições rescisórias, designadamente:
 - i. A utilização abusiva ou acentuada deterioração das instalações, equipamento e material;
 - ii. A oposição a visitas ou operações de verificação e controlo;
 - iii. A falta de cumprimento, em devido tempo, das suas obrigações contratuais.
 - c. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução do contrato.

Artigo 15º

Produção de efeitos da rescisão do contrato

A rescisão do contrato produz efeitos a partir da data fixada na respetiva notificação.

Artigo 16º

Outros encargos

Todas as despesas derivadas do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 17º

Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato, será competente o Tribunal Administrativo territorialmente competente com renúncia a qualquer outro.

Artigo 18º

Prevalência

1. A adjudicação é formalizada por contrato escrito, obrigando-se o adjudicatário a entregar toda a documentação necessária para a sua celebração, dentro do prazo referido na notificação de adjudicação.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
3. Fazem parte integrante do contrato os seguintes elementos:
 - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem nele indicada.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Artigo 19º

Disposições Finais

1. Em tudo o que for omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação em vigor.

2. Além dos diplomas normativos a que alude este Caderno de Encargos, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que seja aplicável à adjudicação e não esteja em oposição com os termos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 20º

Identificação dos serviços a prestar

1. O Prestador de Serviços terá de desenvolver e implementar um programa de manutenção preventiva, tendo como objetivo prevenir, combater e controlar o desenvolvimento de pragas nos edifícios municipais, nomeadamente:

Insetos rastejantes	<ul style="list-style-type: none">• Aranhas• Baratas• Formigas• Peixinho Prata• Percevejos das Camas• Pulgas
Insetos voadores	<ul style="list-style-type: none">• Moscas• Mosquitos• Formigas Voadoras• Traças• Vespas
Roedores	<ul style="list-style-type: none">• Ratazanas• Ratos• Toupeiras
Outras pragas	<ul style="list-style-type: none">• Bicho da Madeira• Insetos dos produtos armazenados• Pragas dos têxteis• Térmitas

2. No âmbito do desenvolvimento do objetivo descrito no número anterior, o Prestador de Serviços compromete-se a:
- Realizar a avaliação de riscos e definição de estratégias de controlo de pragas nas instalações da Entidade Adjudicante, contemplando o interior e o exterior do edifício, com especial enfoque para as áreas técnicas e administrativas e para as áreas alimentares destinadas à distribuição e acondicionamento de alimentos;
 - Dotar as instalações com os equipamentos, consumíveis e materiais necessários à correta realização das tarefas objeto do contrato, quer se trate de estações de isco, armadilhas ou outros que sejam legalmente admitidos e

adequados, tendo em conta a natureza da Entidade Adjudicante, obrigando-se à correta identificação de cada um deles;

- c. Garantir a realização de operações periódicas de manutenção preventiva nas armadilhas, inspeção, reposição de iscos e substituição de acessórios nos insetocoladores ou outros componentes de combate e prevenção de pragas, com uma periodicidade mínima trimestral, garantindo o mínimo de 4 intervenções anuais e contemplando todos os agentes previstos no nº 1 deste artigo, sem prejuízo de outras que se insiram na mesma natureza;
- d. Garantir intervenções adicionais previstas na manutenção corretiva, sempre que sejam apresentadas reclamações sobre a presença de pragas ao adjudicatário, devendo este dar resposta às mesmas no prazo máximo de 24 horas, a contar da data da comunicação;
- e. Em casos em que a intervenção se revele ineficaz, a mesma deverá ser repetida, sem qualquer encargo adicional para o adjudicante;
- f. Garantir que todos os produtos e equipamentos utilizados são homologados pelos organismos competentes, cumprindo todos os requisitos legais, nacionais e internacionais, em matéria de ambiente, saúde pública e segurança, incluindo o seu manuseamento e aplicação;
- g. Garantir a recolha, levantamento e limpeza das embalagens, restos de produtos e materiais degradados, resultantes da atividade, que deverão ser entregues a empresas especializadas no tratamento de resíduos;
- h. Cumprir o horário das 09h00 às 16h30, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, sendo a calendarização das intervenções acordada entre as partes;
- i. Nos serviços preventivos não pode ser definido o período de segurança superior a 12h e nos serviços corretivos superior a 24h, após cada intervenção;
- j. O adjudicatário deverá apresentar um relatório de serviço por cada tratamento realizado, onde deverá constar:
 - i. Identificação dos locais inspecionados e do tipo de intervenção (preventiva ou corretiva);
 - ii. Identificação das ações desenvolvidas e dos produtos utilizados;
 - iii. Referência a eventuais recomendações/precauções;
 - iv. Data, hora e identificação do técnico que efetuou o serviço.

- 3. Em tudo o que for omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação em vigor.

4. Além dos diplomas normativos a que alude este Caderno de Encargos, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que seja aplicável à adjudicação e não esteja em oposição com os termos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais.

Artigo 21º

Manutenção corretiva

1. Mostrando-se a execução de trabalhos de manutenção corretiva necessários, o adjudicatário apresentará um orçamento discriminado com a indicação dos custos de materiais, de mão de obra e das deslocações, devendo o mesmo ser aceite pela entidade adjudicante.
2. O orçamento a apresentar pelo adjudicatário deverá acompanhar os preços de mercado, em qualquer caso, não concordando o adjudicatário com o orçamento apresentado, poderá adjudicar os trabalhos a terceiros.
3. O contrato terá um valor fixo compromissado para a execução de manutenções corretivas nos edifícios ou outros locais a indicar pelo Município de Torres Novas, no valor de 800,00 € (oitocentos euros) anuais, com valor total, incluindo eventuais renovações de 2.400,00 € (dois mil e quatrocentos euros).

Artigo 22º

Obrigações do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a. Prestar à Entidade Adjudicante os serviços de controlo de pragas de forma profissional, pontual e diligente;
- b. Entregar o relatório de cada intervenção efetuada e realizar com uma periodicidade mínima anual uma reunião de coordenação, com um elemento indicado pela Entidade Adjudicante, para avaliação e acompanhamento da execução do contrato;
- c. Execução dos serviços de acordo com o cronograma;
- d. Posse de seguro de responsabilidade civil e seguro de acidentes de trabalho relativo a acidentes de trabalho e doenças profissionais do pessoal afeto aos serviços complementares;

- e. Dispor de recursos humanos devidamente qualificados e com experiência mínima de 2 anos no desempenho das tarefas que lhes são atribuídas, devendo apresentar documento comprovativo dessa situação;
- f. Garantir a aquisição e disponibilização no local da prestação de serviços, de todos os equipamentos, materiais e consumíveis necessários à correta realização das tarefas objeto do contrato;
- g. Será da inteira responsabilidade do prestador de serviços quaisquer prejuízos que a falta, ou deficiência, de sinalização possa ocasionar, no desenvolvimento dos trabalhos, aos utentes e funcionários da Entidade Adjudicante ou a terceiros;
- h. Será da inteira e exclusiva responsabilidade do prestador de serviços, a resolução de quaisquer queixas, reclamações, contenciosos ou acidentes de aplicação dos processos e tratamentos que utilizou, nomeadamente através do respetivo seguro que cubra a sua responsabilidade civil;
- i. O prestador de serviços deverá ter capacidade de desempenhar autonomamente todos os trabalhos acessórios necessários à boa execução dos trabalhos.

Artigo 23º

Plano de intervenções para a prestação de serviços

1. Os serviços objeto deste contrato serão materializados dentro da seguinte periodicidade, por tipo de prestação:

Prestação de serviços preventivos de controlo de pragas	Nº de intervenções anuais
1. Centro Escolar de Assentis/Chancelaria (Diversos locais na área exterior e interior)	4
2. Centro Escolar do Pedrogão (Diversos locais na área exterior e interior)	4
3. Centro Escolar do Olaia/Paço (Diversos locais na área exterior e interior)	4
4. Centro Escolar de Riachos (Diversos locais na área exterior e interior)	4
5. Centro Escolar da Meia Via (Diversos locais na área exterior e interior)	4
6. Centro Escolar Visconde de S. Gião (Diversos locais na área exterior e interior)	4
7. EB 1 de Santa Maria (Diversos locais na área exterior e interior)	4

8. Escola Maria Lamas (Diversos locais na área exterior e interior)	4
9. Escola Artur Gonçalves (Diversos locais na área exterior e interior)	4
10. Escola Manuel de Figueiredo (Diversos locais na área exterior e interior)	4
11. Escola Chora Barroso, Riachos (Diversos locais na área exterior e interior)	4
12. Palácio dos Desportos (Diversos locais na área exterior e interior)	4
13. Alcaidaria do Castelo (Diversos locais na área exterior e interior)	4
14. Antigo Edifício Paços do Concelho (Diversos locais na área exterior e interior)	4
15. Antigo Departamento de Intervenção Territorial (Diversos locais na área exterior e interior)	4
16. Edifício Cerca da Vila/Alvarenga (Diversos locais na área exterior e interior)	4
17. Proteção Civil (Diversos locais na área exterior e interior)	4
18. Urbanismo (Diversos locais na área exterior e interior)	4
19. Museu (Diversos locais na área exterior e interior)	4
20. Turismo (Diversos locais na área exterior e interior)	4
21. Estádio (Diversos locais na área exterior e interior)	4
22. Campo de Ténis (Diversos locais na área exterior e interior)	4
23. Ginásio Municipal (Diversos locais na área exterior e interior)	4
24. Pavilhão Joaquim Matias Pedro (Diversos locais na área exterior e interior)	4
25. Pavilhão dos Riachos (Diversos locais na área exterior e interior)	4
26. CIGA (Diversos locais na área exterior e interior)	4
27. Teatro Virgínia (Diversos locais na área exterior e interior)	4
28. Central do Caldeirão (Diversos locais na área exterior e interior)	4
29. Piscinas Municipais (Diversos locais na área exterior e interior)	4

30. Biblioteca (Diversos locais na área exterior e interior)	4
31. Mercado Municipal (Diversos locais na área exterior e interior)	4
32. Canil (Diversos locais na área exterior e interior)	4
33. Praça do Peixe (Diversos locais na área exterior e interior)	4
34. Oficinas (Diversos locais na área exterior e interior)	4
35. Armazém (Diversos locais na área exterior e interior)	4
36. Edifício dos Espaços Verdes (Diversos locais na área exterior e interior)	4
37. Armazém dos Lourenços (Diversos locais na área exterior e interior)	4
38. Cemitério (Diversos locais na área exterior e interior)	4
39. Ruínas (Diversos locais na área exterior e interior)	4
40. Convento do Carmo (Diversos locais na área exterior e interior)	4
41. CHUDE, Boquilobo (Diversos locais na área exterior e interior)	4
42. Pavilhão Colégio Andrade Corvo (Diversos locais na área exterior e interior)	4
43. Centro de Saúde de Torres Novas (Diversos locais na área exterior e interior)	4
44. Centro de Saúde de Riachos (Diversos locais na área exterior e interior)	4
45. Extensão de Saúde de Casais de Igreja (Diversos locais na área exterior e interior)	4
46. Unidade de Saúde Pública, Torres Novas (Diversos locais na área exterior e interior)	4
47. Extensão de Saúde de Chancelaria (Diversos locais na área exterior e interior)	4
48. Extensão de Saúde de Assentís (Diversos locais na área exterior e interior)	4
49. Extensão de Saúde de Zibreira (Diversos locais na área exterior e interior)	4
50. Extensão de Saúde de Parceiros de Igreja (Diversos locais na área exterior e interior)	4

51. Extensão de Saúde de Brogueira (Diversos locais na área exterior e interior)	4
52. Extensão de Saúde de Alcorochel (Diversos locais na área exterior e interior)	4
53. Extensão de Saúde de Olaia (Diversos locais na área exterior e interior)	4
Aluguer e manutenção de 1 insetocolador (Unidade de Saúde Pública de Torres Novas, Extensão de Saúde de Chancelaria, Extensão de Saúde de Assentis, Extensão de Saúde de Zibreira, Extensão de Saúde de Parceiros de Igreja, Extensão de Saúde de Brogueira, Extensão de Saúde de Alcorochel e Extensão de Saúde de Olaia)	4
Aluguer e manutenção de 2 insetocoladores (Canil, Centro de Saúde de Torres Novas, Centro de Saúde de Riachos e Extensão de Saúde de Casais de Igreja)	
Prestação de serviços corretivos de controlo de pragas	Valor Fixo Anual
Intervenção de serviços corretivos durante o ano (Controlo e eliminação das populações de pragas que possam surgir pontualmente na área do concelho de Torres Novas).	1.000,00 €